

Contributo para uma visão económica do associativismo religioso - o caso da localização das confrarias activas de Lisboa

Paulo Reis Mourão*

Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, Portugal.

Recebido: outubro 2006 – Aprovado: fevereiro 2007

Resumo. Onde se localizam as confrarias em actividade do Patriarcado de Lisboa? Porque se localizam em determinados espaços? O presente trabalho responde a estas duas questões, assumindo-se como um trabalho pioneiro, em Portugal, sobre a temática. Através da validação empírica com recurso a modelos logísticos, as hipóteses de resposta corroboradas identificam como determinantes de localização das confrarias activas em Lisboa a diversidade populacional do espaço (paróquias/freguesias) e a tradição do mesmo espaço, desvalorizando a hipótese do poder de compra associado. Confirma-se, assim, que para este tipo de agrupamentos humanos, a restrição de recursos considera como fundamentais os recursos da riqueza da tradição e do refúgio cultural em detrimento da restrição orçamental exclusiva.

Palavras chave: economia regional, economia social, confrarias.

Classificação JEL: R23, Z12, Z13.

Resumen. ¿Donde están ubicadas las parroquias de Lisboa? ¿Qué explica la ubicación de estas parroquias? El presente trabajo, pionero en Portugal, responde a éstas dos preguntas. A través de la validación empírica, usando modelos logit, el artículo identifica como determinantes de la localización de las parroquias, la diversidad humana de las localidades y la tradición de las mismas; el artículo no confirma la hipótesis de la importancia del poder adquisitivo local. Consecuentemente, se confirma que las restricciones de recursos de éste tipo de grupos sociales incluyen la cultura y la tradición en detrimento de la exclusividad de las restricciones de presupuesto.

Palabras clave: economía regional, economía social, comunidades religiosas.

Clasificación JEL: R23, Z12, Z13.

*O autor expressa o reconhecimento por alguns desafios lançados pelo conselho editorial da *Revista de Economía del Rosario*, desafios que promoveram esta versão mais esclarecedora do trabalho face a anteriores projectos. Como usual, qualquer limitação remanescente é da responsabilidade exclusiva do autor.

Abstract. Where are the brotherhoods of the Patriarchate of Lisbon? Why are these brotherhoods located in such spaces? The present work answers to these two questions, being a pioneer attempt about the thematic, in Portugal. Through the empirical validation recurring to logit models, this paper identifies as determinants the human diversity of the spaces (parishes) and the related tradition, not confirming the hypothesis of the purchase power of the resident people. Therefore, it is confirmed that the resources constraint of this kind of social groups considers the cultural and the traditional richness as fundamental to the detriment of the exclusive budget restriction.

Key words: regional economics, social economics, religious brotherhoods.

JEL classification: R23, Z12, Z13.

1. Introdução

A Economia é a Ciência da Escolha. E o ramo da Economia Social reflecte sobre as escolhas dos grupos, vistos na sua grandeza sociológica. É um ramo relativamente recente que, no entanto, se tem debruçado sobre as escolhas efectuadas pelos agrupamentos humanos em termos de padrões de organização (instituições, hábitos e tradições), em termos de disposição de recursos de modo à satisfação de grupos carenciados ou assistidos, em termos do debate da própria dádiva, da racionalidade da pretensa não retribuição material de gestos generosos ou ainda da discussão da terminologia relacionada com “capital social”, “redes sociais” e “cooperativismo”.

Nesta emergente e vasta problemática existe o lugar para a discussão da localização de certas práticas associativas entre os indivíduos. Por que motivos alguns espaços apresentam associações ou colectividades florescentes e outros espaços não? Por que razões alguns agrupamentos de indivíduos vigoram em plena actividade e outros grupos equivalentes já cessaram as funções constitutivas? Para um economista, estas questões emergem como a procura de conhecimento sobre as razões que levam os agrupamentos a apresentarem actividade enquanto resultado da escolha racional dos agentes constituintes. Por exemplo, por quê alguns clubes desportivos encerram funções? Neste caso, na maioria dos exemplos, a razão localiza-se na desvantagem entre custos de actividade e respectivos proveitos. Mas alguns exemplos persistem que demonstram que, apesar de elevados passivos orçamentados quando comparados com o valor activo, certos clubes mantêm a actividade. Mais uma vez, porquê? Talvez porque o custo de encerramento comportaria perda de benefícios futuros compensadores. Mas também porque essa não é a vontade acumulada de dirigentes e associados racionais que avaliam não só o quantitativo contabilístico mas também outros valores, como o simbolismo da instituição colectiva, bens públicos não materializáveis (à semelhança de um certo orgulho social ou padrões de união) e a relevância da história do grupo.

Este trabalho reflecte sobre a localização na área geográfica da Grande Lisboa de um tipo de agrupamento humano, de inspiração religiosa e de índole associativista: as confrarias e irmandades. Vocacionadas para a prática de assistência social, funcionaram, desde a Idade Média, como resposta eminentemente local a necessidades primárias dos indivíduos. No entanto, fruto da evolução histórica, estes agrupamentos persistiram, no território português, com uma imagem mais difundida associada às “Misericórdias” que começaram na unidade pioneira de Lisboa, fundada pela Rainha Dona Leonor no Século XV, e que foram espalhadas pelo país. Mas também outras confrarias e irmandades, de acção mais localizada, foram constituídas, persistindo algumas em plena actividade, no início deste Século XXI.

Sobre todas estas confrarias e irmandades, coloca-se uma observação: muitas, ainda que não dissociadas, ostentam uma existência latente, sem respeito pela actividade pedida nos documentos de constituição (“Compromissos”), enquanto outras remanescem em actividade.

Este trabalho vai procurar auscultar hipóteses, posteriormente, testadas, que expliquem com a envolvimento institucional do espaço a presença (ou não) de confrarias activas no Patriarcado de Lisboa. Para o efeito, após uma consulta bibliográfica apresentada, que discute as marcas evolutivas mais significativas das confrarias de influência portuguesa (quer em Portugal quer no mundo lusófono não-europeu), concluiu-se que as confrarias têm sido, ao longo desta observação temporal, agrupamentos de refúgio cultural nos ambientes de maior diversidade populacional, tendencialmente localizados em espaços centrais, tradicionalmente mais ricos, e caracterizados por um ambiente social promotor de práticas associativistas (sobretudo, até ao Século XIX, debaixo da influência preponderante do espírito caritativo da população cristã).

Foram usadas assim variáveis das freguesias da NUT III Grande Lisboa (coincidentes com as paróquias do Patriarcado estudado), retiradas da série “Retratos Territoriais”, editada pelo Instituto Nacional de Estatística em 2006. Para uma identificação das confrarias em actividade, recorreu-se ao endereço electrónico do próprio Patriarcado.

Após o teste das hipóteses com recurso a modelos logísticos, confirmou-se, com robustez estatística, que a localização das actuais confrarias em actividade no Patriarcado lisboeta se justifica eminentemente pela heterogeneidade social e pela tradição associativa dos espaços, deixando-se cair como relevante a possibilidade de a centralidade e o poder de compra dos habitantes poder contribuir para uma explicação mais completa da questão.

A estrutura do texto que se segue apresenta uma Secção 2 que aponta as características evolutivas mais marcantes das confrarias de influência portuguesa; a Secção 3 enuncia as hipóteses, apresenta as variáveis testadas e discute os resultados dos testes de natureza econométrica propostos. Finalmente, a Secção 4 conclui.

2. Evolução histórica das confrarias de influência portuguesa

Inspiradas nos modelos das ordens mendicantes que proliferavam na Europa desde a acção de franciscanos e dominicanos,¹ as Confrarias, Irmandades ou Fraternidades² formulavam um compromisso de vida e definiam propósitos de culto ou de assistência social, de acordo com Pinharanda Gomes (1999).

¹Historicamente, existe a referência lendária ao cruzado Guido de Montfeller enquanto impulsor do espírito de confrade que chegaria à Europa através dos cruzados regressados.

²A distinção precisa entre Confraria, Irmandade ou Fraternidade é complexa. No seu sentido mais lato, os termos designam o mesmo tipo de instituição. Neste trabalho, não se vai discutir as particularidades da distinção. Caio Boschi (1986) diferencia, de acordo com o direito canónico, as ordens terceiras, as pias uniões e as confrarias. As associações de fiéis que tenham sido erectas para exercer alguma obra de caridade ou piedade denominam-se pias uniões, as quais, estão constituídas em organismos, e chamam-se irmandades. As irmandades que também tenham sido constituídas para o incremento do culto público, recebem o nome particular de confrarias. Já as ordens terceiras estão vinculadas a uma ordem religiosa das quais extraem e adaptam regras para a mais perfeita vida cristã dos seus membros. Estas últimas são condicionadas à aprovação dos Gerais ou provinciais das ordens religiosas correspondentes.

Originalmente, quer confrarias, quer irmandades, funcionavam enquanto sociedades de ajuda mútua, onde os associados contribuíam com jóias de entrada e taxas anuais, na explicação de Reis (1997), recebendo, em contrapartida, assistência na condição de doentes, de prisioneiros, de famintos ou de falecimento. Cada confraria, por seu turno, recebe um patrono, destinado a, por um lado, inspirar com o seu traço de vida o exemplo quotidiano dos confrades e, por outro lado, a ser uma ligação com o Divino.

Dada a predominância laica na constituição dos membros, as Confrarias e as Irmandades podem ser, assim, assinaladas como das mais remotas manifestações de activismo dos leigos cristãos na transformação da realidade envolvente. Em seguida, vão ser esboçados os traços preponderantes de duas estruturas distintas de confrarias: as Misericórdias e as confrarias étnicas.

2.1. *As Misericórdias*

Até ao século XV, a assistência aos mais desvalidos era vista como uma virtude cristã e uma manifestação do mundo cristão na dimensão profana da realidade, numa Europa de forte influência religiosa. D^a Leonor, Rainha de Portugal, fortemente influenciada por uma educação piedosa, recorreu às Obras de Misericórdia Cristã.³ de modo a instituir uma acção que, dada a sua projecção política enquanto monarca, pudesse ultrapassar os circunstancialismos de espaço e de preservação temporal que as tradicionais confrarias laicas herdadas da Alta Idade Média padeciam. Estas instituições herdadas dos séculos XII a XIV assumiam-se através de um cariz muito diversificado: confrarias, irmandades, albergarias, hospitais, gafarias, leprosarias e mercearias.⁴ No entanto, muitas tinham um período de actuação curto, dependentes do carisma de líderes locais mobilizadores, da disponibilidade de recursos constituídos e da presença de colaboradores. Adicionalmente, a sua acção era concentrada em determinado sector de carências populacionais (como doenças específicas, à semelhança da lepra, ou de sub-nutrição, com as mercearias caritativas) assim como com uma oferta de serviços de reduzido raio espacial. Havia ainda um vincado foco nos associados, o que contribuía para um crescente ostracismo assistencialista.⁵ Sentia-se, neste aspecto, a necessidade de uma Obra que sis-

³As tradicionais obras de caridade cristã são: “Dar de comer a quem tem fome; Dar de beber a quem tem sede; dar bom conselho; Enterrar os mortos; Remir os cativos; Dar pousada aos peregrinos; Visitar os enfermos e encarcerados; ensinar os ignorantes e consolar os tristes”. Confirmar, por exemplo, Mt. 25, 35-36.

⁴Um fenómeno medieval importante, apontado por Pinharanda Gomes (1999), reflectiu-se no aparecimento, em Portugal, das Confrarias do Espírito Santo, promotoras do culto, dos dons e dos frutos relacionados com a Terceira Pessoa da Santíssima Trindade cristã. Uma das primeiras, senão a pioneira, foi a Confraria de Benavente, concentrada em duas das Obras de Misericórdia: dar de comer aos famintos e enterrar os mortos. De certo modo, o foco caritativo revela a premência de algumas das necessidades particulares das épocas. Outra referência significativa prende-se com a Irmandade das Almas que, segundo alguns cálculos de Alberto Diniz da Fonseca, citados em *A Voz das Misericórdias* (<http://www.agencia.ecclesia.pt/pub/19/noticia.asp?jornalid=19¬iciaid=30922>), chegaram no Século XV a ter mais de 50 mil irmãos, espalhados por vários continentes.

⁵Confirme-se, por exemplo, Braga (2004).

tematizasse a assistência, que a munisse de recursos confortáveis, que alargasse quer o público assistido quer as dimensões de carência focadas.

A primeira figura utilizada, nesta intenção modernizadora, foi a dos “Hospitais Gerais”, que resultaram, de um modo genérico, da fusão local das diversas acções desconcertadas de assistência de inspiração cristã. Nesta fase, às “Misericórdias” competia, essencialmente, a administração das instituições resultantes do movimento de fusão. O funcionamento das “Misericórdias” recorria a um documento instituidor – o Compromisso – onde estavam as magnas orientações da organização, entre as quais, o número máximo de irmãos admitidos. Anualmente, eram eleitos mordomos ou oficiais (por regra, um décimo dos irmãos) e estes mordomos elegiam o Provedor. Depois, havia lugar à nomeação de um número próximo do número dos mordomos que assumiam as funções administrativas numa figura denominada de “Mesa”.

As “Misericórdias” Portuguesas assumem-se, pois, como uma manifestação extremamente organizada e difundida de um modo sensivelmente rápido, em especial, na sua estrutura de regulamentos.⁶ Fundadas pela Rainha D^a Leonor (esposa de D. João II, de Portugal), no dia 15 de Agosto de 1498, ganham um vigor especial com o estímulo do Rei D. Manuel I, através de Carta Régia de 1499.

Apesar do seu vínculo Renascentista e da imensa difusão que tiveram na Península Ibérica e, pelos Descobrimentos, na América do Sul e nas Filipinas,⁷ alguns acontecimentos conturbaram a sua acção, nomeadamente, a progressiva elitização das suas estruturas (vistas, por vezes, como elevador de ascensão social), as constituições liberais de influência napoleónica com as leis de desamortização do património eclesiástico e das instituições de inspiração cristã, ainda que laicas, assim como, particularmente, em Portugal, o governo de Fontes Pereira de Melo que, em 1866, ao obrigar a conversão do património das Misericórdias em Obrigações do Estado, não conseguiu evitar a desvalorização da titularização da dívida pública e conseqüente empobrecimento das referidas Misericórdias. É merecedor de registo ainda o fenómeno concorrente do surgimento de instituições assistencialistas de carácter burguês, desligadas da inspiração cristã, sob a influência do Iluminismo, com denominações mais comuns de “Associações de Socorro Mútuo” ou “Associações Filantrópicas”.

Actualmente, só em Portugal, existem trezentas e noventa e seis Misericórdias, espalhadas pelos trezentos e oito concelhos administrativos.

⁶Entre 1498 e 1525, foram instituídas em Portugal mais de sessenta “Misericórdias”, inspiradas na estrutura da pioneira de Lisboa.

⁷O Rei D. Filipe II de Espanha (Filipe I de Portugal), sensibilizado pela acção das Misericórdias portuguesas, exportou a instituição para os territórios do Pacífico governados pela coroa (então) ibérica. Adicionalmente, a Princesa D.^a Joana de Áustria, filha do Imperador Carlos V e mãe do Rei de Portugal D. Sebastião, também é tida como uma grande impulsionadora das Misericórdias espanholas, após o seu retiro definitivo em Espanha.

2.2. *As confrarias como disfarce étnico: os confrades judeus e os confrades negros*

Outro fenómeno relevante (e demonstrativo da duplicidade de objectivos que em diversas ocasiões marcava a vida das confrarias e das irmandades) refere-se à figura das confrarias de membros de predominância judaica. Estas confrarias permitiam, por um lado, um disfarce usado por cristãos-novos para manterem práticas ancestrais numa realidade caracterizada por uma Inquisição punitiva e, por outro lado, como antecâmara social, usada pela hierarquia católica, para cristianizar judeus e descendentes, radicados na Península Ibérica.

Muitas vezes, como referido por Azevedo (1921), a denominação destas irmandades, depressa espalhadas nos territórios atlânticos de governo ibérico, reflectia o sacrifício de cristãos-novos influentes,⁸ a preservação dos traços teológicos hebreus⁹ ou a ancestralidade histórica semita.¹⁰

Na sequência do disposto, assim como os judeus e descendentes usavam as confrarias e irmandades de inspiração cristã para preservarem as suas ligações culturais, idêntico fenómeno foi desenvolvido pelos escravos negros, sobretudo no Brasil. Costa (2002) refere, aliás, que existe uma grande diferença entre países que permitiram ou que não permitiram a formação de Irmandades, ficando os primeiros marcados por uma continuidade das tradições religiosas africanas (orixás, voduns e inquices) nas populações deslocadas, essencialmente, pelo tráfico negreiro. Como bonificações da pertença a estas organizações, Braga (2004) reconhece que mesmo escravos africanos e descendentes conseguiam, numa sociedade estratificada como a sociedade brasileira dos séculos XVIII e XIX, atingir estatuto social reconhecido, receber assistência médica e jurídica, socorro em atribulações de teor orçamental e até ajuda para a compra de alforria, assim como o direito a enterro cerimonioso, extensivo a familiares. Como contrapartida, deveriam ter um comportamento público aceitável, pagar anuidades de compromisso, participar nas cerimónias (civis e religiosas) das confrarias assim como no culto católico mais lato (celebrações dominicais e festividades populares).

Reis (1997) confirma que as irmandades de negros brasileiros eram uma espécie de família ritual, onde se miscigenavam as intenções europeias de cristianização com a resistência cultural dos africanos. Por si, as próprias confrarias constituíam-se enquanto organizações com forte traço homogéneo interno – Reis (1997) reconhece a existência, no Brasil, de confrarias de brancos (divididas em confrarias de brancos europeus ou brasileiros), de mulatos e mestiços

⁸A Irmandade de São Diogo, destinada a perpetuar a memória do mártir cristão, era fundamentalmente usada para a reunião de judeus de Lisboa, na sequência da execução do judaizante Frei Diogo de Assunção.

⁹Lima Júnior (1978) refere que a confraria dos “Fiéis de Deus”, na capitania de Minas Gerais, reunia simpatizantes do judaísmo que se denominavam “Fiéis de Deus” de acordo com os discípulos do profeta Eliseu.

¹⁰A confraria de Nossa Senhora da Ajuda, no Rio de Janeiro, era usada pelos judeus que aí celebravam festas em honra de uma personalidade patriótica hebraica, Maria de Judá, distinta de Maria de Nazaré, Virgem Mãe do Redentor, de acordo com o cristianismo.

e, por último, de negros (dividas em confrarias de crioulos e de africanos).¹¹ Se, em vários casos das confrarias de brancos, estas instituições eram utilizadas por alguns membros no sentido de ascensão social, também este aproveitamento foi observado, inclusive, nas confrarias dos negros, onde foram concebidas micro-estruturas de poder, estratégias de aliança interna e regras de sociabilidade – no fundo, uma complexificação organizativa que permitiu a preservação institucional das confrarias e o sucesso da resistência cultural, assim como a preservação das diferenças étnicas entre os africanos, contrariando teses de homogeneização forçada, como as de Slenes (1991).

Também houve casos, apontados por Reis (1997), de brancos que participaram nas confrarias dos negros, sob os impulsos de fiscalização das regras cristãs ou de devoção particular. A sua aceitação justifica-se na possibilidade gerada de preservação e escrituração dos livros de actas, pelo acesso a agentes alfabetizados, pela recepção eventual de donativos não desprezáveis ou pela disposição dos compromissos aprovados eclesiasticamente.

Além das celebrações de teor religioso, as irmandades e confrarias promoviam eventos lúdicos, havendo, no Brasil, a eleição de reis, rainhas, imperadores e imperatrizes nas festividades relacionadas com os santos padroeiros. Alguns episódios, no entanto, foram registados no que toca à duplicidade dos disfarces e das máscaras, de raiz étnica, que suscitaram reprovação da hierarquia católica, como o episódio ocorrido em redor de 1756 com os irmãos do Rosário de São Salvador da Baía.¹² Mesmo em Portugal, as confrarias sempre detiveram uma possibilidade profana festiva, havendo o registo significativo de “sopas” – disposição aos confrades ou assistenciados de alimentos recheados com iguarias gastronómicas, de onde se derivaram as actuais “confrarias” enófilas ou gastronómicas, por exemplo.

2.3. *Aspectos comuns das confrarias de influência portuguesa*

Em síntese, os traços comuns dos compromissos das confrarias e irmandades, quer ao longo dos tempos, quer na sua diversidade de implantação espacial no mundo lusófono, são:

- a fraternidade entre os membros,
- a participação activa na vida e missão da Igreja,
- e a espiritualidade.

Em termos de composição interna, os aspectos partilhados são:

- uma relativa homogeneidade social entre os membros,

¹¹No Brasil, as principais confrarias de brancos eram as do Santíssimo Sacramento, as Casas da Misericórdia e as de São Francisco (Ordens Terceiras). As principais confrarias dos negros eram as de Nossa Senhora das Mercês, do Rosário, do Amparo, dos Remédios, de São Benedito e de São Gonçalo.

¹²Consultar, por exemplo, Reis (1997).

- e uma hierarquia institucional, com possibilidade de elevação de estatuto social.

Face à característica da acção social, esta constituía essencialmente uma transformação do contexto envolvente em função:

- das necessidades locais e circunstanciais,
- de um enfoque privilegiado na observância das Obras de Misericórdia cristãs.

Como aspectos adicionais da sua actividade, as confrarias e irmandades provocaram os seguintes:

- um disfarce para o convívio de grupos ostracizados pela sociedade dominante de cariz europeu cristão e preservação de traços culturais originais desses grupos (como grupos de judeus ou de negros, nos territórios sul-americanos ou do Pacífico administrados pelas Coroas ibéricas, ou então, grupos de judeus, de populações rurais depauperadas ou de grupos urbanos burgueses, na Península Ibérica),
- uma ascensão social, ainda que predominantemente virtual,¹³ dos membros confrades no contexto social envolvente,
- uma oportunidade de desenvolvimento de manifestações culturais profanas, como festividades alegóricas, teatralizações ou convívios gastronómicos.

3. Metodologia de Análise da localização das confrarias e irmandades activas do Patriarcado de Lisboa

3.1. Hipóteses explicativas da localização das confrarias

Assim sugerida a evolução das confrarias, sobretudo em Portugal e no Brasil, impõe-se uma questão: qual a actual situação destas agremiações de inspiração religiosa?

Uma análise exaustiva, mesmo de dimensões regionais, é actualmente muito difícil. Esta complexidade justifica-se no elevado número de confrarias e irmandades herdadas do passado mas com uma realidade latente, isto é, ainda que não extintas, não foram oficialmente cessadas, apesar de os membros raramente cumprirem com disposições dos compromissos, como reuniões, celebração de eventos particulares ou de promoção de festividade. Por isso, quer em Portugal quer no Brasil, o número de confrarias e irmandades é elevadíssimo, apesar de, em termos efectivos, este número ser substancialmente menor, considerando unicamente as confrarias e irmandades activas, entre as quais, como já denotado, as Misericórdias em reconhecida actividade.

¹³'Virtual' é usado no sentido de 'desprovido de materialidade', isto é, a ascensão social é suportada pelo reconhecimento público da acção pessoal e não pelo enriquecimento individual através de valores activos.

A nossa intenção prioritária, neste trabalho de investigação, é a de encontrar hipóteses explicativas para a localização, actual, das confrarias activas numa unidade espacial, o Patriarcado de Lisboa. A razão da escolha do Patriarcado de Lisboa para a unidade observada encontra-se na possibilidade de comparação com outros estudos desenvolvidos sobre a temática que focam, essencialmente, as regiões eclesiásticas mais relevantes (Arcebispados ou Patriarcados) de cada país, além dos benefícios da disponibilidade de dados compilados.

O Patriarcado de Lisboa divulga no seu *site*¹⁴ uma listagem de algumas das confrarias e irmandades existentes sob a sua alçada.¹⁵ No entanto, adverte que existem mais instituições do que as apontadas. Para efeitos de relevo neste trabalho, foram consideradas como “confrarias activas” as apontadas na referida fonte. Ainda que a decisão possa parecer controversa, na realidade, as confrarias e irmandades encontradas foram aquelas que, de um modo sistemático, estabelecem um contacto mais frequente com as restantes instituições do Patriarcado de Lisboa, tendo sido, por isso, acusadas como confrarias (ainda) activas e com acção consistente pelo mesmo Patriarcado.

De acordo com a secção 2 do presente e com Mourão (2006), três hipóteses podem ser, desde já, apontadas para a localização destas confrarias e irmandades remanescentes:

Hipótese 1 (H1): “As confrarias são grupos humanos homogeneizantes de resistência de padrões culturais, logo a presença de confrarias deve-se à existência de maior diversidade da população que fomenta a vitalidade das confrarias como espaços de preservação cultural” [Azevedo, 1921; Mourão, 2006].

Hipótese 2 (H2): “As confrarias são grupos humanos que suprem necessidades primárias individuais e colectivas, logo a sua localização depende da proximidade a fontes de rendimentos, havendo uma maior probabilidade de localização em espaços mais ricos” [Reis, 1997; Mourão, 2006].

Hipótese 3 (H3): “As confrarias são grupos humanos influenciados pelo desejo colectivo dos seus membros em promoverem uma acção concertada, quer na sua origem assumida (Compromissos) quer na sua prática total, e portanto são grupos localizados em espaços com tradição de associativismo” [Mourão, 2006].

Trabalhos próximos que procuram discutir a questão da escolha da localização de actividades por agentes com funções-objectivo que não pretendem maximizar o lucro (*non-for-profit objective functions*) são os de Reinikka e Svensson (2005), que debatem o oportunismo de organizações lucrativas em contextos de voluntariado ou então os de Liu, Huang e Chen (2005), que, numa dicotomia entre hospitais privados (lucrativos) e não lucrativos, analisam os diferentes elementos constantes das respectivas funções-objectivo.

¹⁴<http://www.patriarcado-lisboa.pt/organizacao/index.htm#irmandades>

¹⁵Conferir no endereço electrónico acusado assim como no Quadro em Anexo deste documento.

3.2. Variáveis e Testes das Hipóteses

A H1 exige a presença de uma variável independente que reflecta a diversidade social do espaço. Para o efeito, recorreu-se à variável “Número médio de membros das famílias residentes”. Esta variável tem o valor mínimo de 1 e não tem máximo. O valor mínimo exprime a máxima diversidade possível (famílias singulares, de um só indivíduo) enquanto que valores maiores exprimem uma menor diversidade e, portanto, uma maior homogeneidade social do espaço. No caso extremo, por exemplo, de todos os membros do espaço – uma freguesia ou paróquia – pertencerem a uma família, esta variável há-de ser igual ao número de residentes desse espaço, supondo-se que, como pertencentes à mesma família, comungarão em maior probabilidade de padrões culturais e de escolhas sociais do que se existirem diversas famílias (o que diminuiria o valor da variável escolhida). Assim, postula-se que valores maiores da variável “Número médio de membros das famílias clássicas”, reflectindo uma menor diversidade social da população, diminuirão a probabilidade de existência de uma confraria nesse espaço. A fonte desta variável é a série “Retratos Territoriais”, desagregada às freguesias estudadas (“Retrato da Freguesia”) da região da Grande Lisboa, unidades administrativas da República Portuguesa (coincidentes com as paróquias do Patriarcado de Lisboa enquanto unidades administrativas da Igreja Católica). Esta série é editada pelo INE (2006).

A H2 requer o uso de uma variável independente que esteja associada ao rendimento per capita, usualmente a variável por excelência para aferição do nível de poder de compra dos agentes. No entanto, persiste um problema original, dada a escala tão reduzida (freguesias ou paróquias) com que se está a trabalhar. Assim, é corrente o recurso a uma *proxy* que, sendo de elevada correlação com o rendimento médio da população, possa sugerir esta observação da realidade. Os estudos do INE (2005) e de Mourão (2005), por exemplo, estabelecem uma clara relação entre aglomeração populacional e elevado poder de compra: regiões mais ricas são regiões com maior densidade populacional. Logo, uma *proxy* relevante para o poder de compra de uma freguesia é a densidade populacional desse espaço. Nesta sequência, e de acordo com H2, espera-se que valores mais significativos da variável “densidade populacional” promovam uma maior probabilidade da existência de (pelo menos) uma confraria nesse espaço. Também neste caso, a fonte desta variável, com este foco, é a série “Retratos Territoriais”.

A terceira hipótese (H3) necessita de uma variável independente correlacionada com a manifestação de associativismo da população. Mais uma vez, o recurso a uma *proxy* torna-se premente. A *proxy* escolhida é a variável “Número de Alojamentos colectivos” que reflecte a presença de edifícios ocupados por instituições de acolhimento (como Lares), agremiações e colectividades. A fonte desta variável é a mesma das anteriores variáveis independentes “Número médio de membros das famílias residentes” e “densidade populacional”.

Pretendendo-se testar que determinantes podem explicar a localização das confrarias activas do Patriarcado de Lisboa, há a necessidade de criação de

uma variável dependente e de natureza dicotómica. Assim, para cada unidade territorial foi criada uma variável (abreviada por “conf”) que toma o valor de 1 se existe (pelo menos) uma confraria nessa paróquia e o valor de 0 se não existe. Recorda-se que a fonte desta variável foi o endereço electrónico do Patriarcado de Lisboa.

Ainda que o número de variáveis explicativas usadas neste trabalho possa parecer pequeno (foram usadas três variáveis explicativas), na realidade, é um número óptimo atendendo à novidade do trabalho e, adicionalmente, ao foco usado (realidades paroquiais ou de freguesia, o que limita imenso a disponibilidade de dados). Naturalmente, se o foco e o objecto fossem alargados (por exemplo, concelho de Portugal) mais variáveis poderiam ser incluídas, ainda que as três aqui presente se assumam, aprioristicamente, como incontornáveis, na justificação derivada dos estudos prévios analisados.

No Quadro 1, são apresentadas as estatísticas descritivas das variáveis.

Quadro 1. Estatísticas descritivas das variáveis

Variáveis				
conf	livpfam	denpop	colechou	Estatísticas
0	213	213	213	número casos
	2,690	2766,056	6,005	média
	0,241	4909,978	9,239	desvio-padrão
	3,220	25	0,000	mínimo
	1,900	34474	52	máximo
1	38,000	38,000	38,000	número casos
	2,399	8040,447	15,974	média
	0,319	6994,092	17,166	desvio-padrão
	1,890	82	0,000	mínimo
	2,958	23950	85	máximo
Total	251,000	251,000	251,000	número casos
	2,646	3564,57	7,514	média
	0,274	5592,101	11,349	desvio-padrão
	1,890	25	0,000	mínimo
	3,220	34474	85	máximo

Legenda: conf (ausência, 0, ou presença, 1, de confrarias ou irmandades), livpfam (“Número médio de membros das famílias residentes”); denpop (“densidade populacional”); colechou (“Número de Alojamentos colectivos”).

Fonte das variáveis: “Retratos Territoriais”, INE (2006) e Patriarcado de Lisboa (2006).

Foram pois estudadas 251 unidades territoriais (freguesias, coincidentes com as paróquias católicas do Patriarcado de Lisboa). O número de casos identificados com o valor de 1 na variável “conf” demonstra que só foram encontradas 38 confrarias/irmandades activas nas unidades territoriais em análise. Outro dado relevante respeita à disparidade primária (média e desvios-padrão) das variáveis se forem consideradas as diferenças entre espaços sem confrarias activas (conf = 0) ou espaços com confrarias activas (conf = 1), havendo um valor central maior e também uma maior variância no segundo grupo. Deste modo, confirma-se a relevância das diferenças das variáveis nos espaços com confrarias em plena actividade ou nos espaços sem confrarias activas.

Dada a natureza binária da variável dependente, impõe-se o recurso a regressões logísticas para avaliação das hipóteses.

Ainda que este método de estimação esteja generalizado na aferição empírica de hipóteses em Ciências Sociais, alguns manuais que permitirão uma leitura mais atenta sobre o mesmo são Gujarati (1995) ou Greene (2002). Recordar-se que a estimação das regressões por este método devolve coeficientes associados às variáveis independentes que traduzem o logaritmo do factor de aumento da probabilidade da variável dependente em ser caracterizada com o valor de 1 devido a uma unidade a mais da variável independente.¹⁶

O Quadro 2 revela os resultados dos testes das hipóteses consideradas previamente (H1, H2 e H3) acrescentando-lhes uma quarta hipótese (H4) que combina H1, H2 e H3, para efeitos de discussão da robustez dos resultados individualizados.

Observando o Quadro 2, verifica-se que existe uma verosimilhança aceitável na generalidade dos modelos, considerando o tipo de regressão. Adicionalmente, existe a informação do teste Qui-Quadrado que mostra que todos os modelos são significativos.

Individualmente avaliadas, as três variáveis consideradas para o teste de explicação da localização das confrarias activas do Patriarcado de Lisboa são significativas a um nível de 1%, revelando os coeficientes esperados: “livpfam” com sinal negativo e “denpop” e “colechou” sinais positivos. Em acréscimo, atente-se no sinal devolvido pela estimação das constantes, de sentido contrário aos sinais devolvidos pela estimação dos coeficientes, também como esperado – valores não significativos de “denpop” ou de “colechou” impossibilitam, empiricamente, a expectativa da existência de confrarias activas nesses espaços.

Assim, confirma-se, numa primeira análise, que uma menor diversidade populacional diminui a probabilidade de o espaço ser caracterizado pela presença de uma confraria activa e que uma maior riqueza per capita ou a existência de tradições associativistas aumentam a referida probabilidade estando de acordo com o disposto em Azevedo (1921), Reis (1997) ou Mourão (2006).

Quando consideradas em conjunto, assistimos à perda de significância da variável da “densidade populacional”, *proxy* da riqueza per capita e a um es-

¹⁶Se a variável independente aumentar uma unidade no espaço em estudo e se o coeficiente estimado para essa variável pela regressão logística for de x , então a probabilidade desse espaço em ter uma confraria activa multiplica-se por e^x .

Quadro 2. Resultados das regressões logísticas

Variáveis	Hipóteses			
	H1	H2	H3	H4
	(variável dependente: conf = 1, espaço com confraria, ano de 2006)			
livpfam	-3,633 [‡] (0,644)			-2,258 [†] (0,885)
denpop		1,31 × 10 ⁻⁴ [‡] (2,82 × 10 ⁻⁵)		5,33 × 10 ⁻⁵ (3,73 × 10 ⁻⁵)
colechou			0,059 [‡] (0,014)	0,038 [†] (0,016)
constante	7,562 [‡] (1,659)	-2,363 [‡] (0,250)	-2,291 [‡] (0,242)	3,411 (2,411)
N	251	251	251	251
LR χ^2	33,73	22,99	19,19	41,63
Prob > χ^2	0,000	0,000	0,000	0,000
Pseudo R ²	0,158	0,108	0,090	0,195

Legenda: Nível de significância: [†] (5%), [‡] (1%). Entre parêntesis, desvios-padrão estimados.

batimento do valor absoluto dos coeficientes associados às restantes variáveis testadas, sem no entanto haver alteração do sinal estimado.

Para avaliar se existe multicolinearidade foram calculados os coeficientes de correlação de Spearman de todas as variáveis independentes. No Quadro 3 são oferecidos os resultados da matriz de correlação.

Quadro 3. Coeficientes de correlação de Spearman

	livpfam	denpop
livpfam		
denpop	-0,365 [‡]	
colechou	-0,325 [‡]	0,608 [‡]

Legenda: Nível de significância: [‡] (1%).

De uma leitura do Quadro 3, constata-se que a correlação entre as variáveis é significativa a 1%. No entanto, nenhum dos coeficientes de correlação é suficientemente alto (superior a 0,80 em valor absoluto) para poder provocar problemas de multicolinearidade, de acordo com Archambeault e DeZoort (2001).

A leitura dos Quadros 2 e 3 robustece as hipóteses H1 e H3 para a localização das confrarias activas do Patriarcado de Lisboa: as confrarias activas, actuais, localizam-se em paróquias com maior diversidade populacional e num ambiente caracterizado por práticas associativistas. Por outro lado, estes resul-

tados, com robustez, não validam a hipótese H2, relacionada com a centralidade dos espaços e associada com a riqueza per capita da população, que não se oferecem como determinantes de localização destas agremiações de sentido colectivista, de inspiração religiosa e onde, mais relevante que a riqueza material do espaço, se assume como preponderante a riqueza cultural (diversidade) e tradicional (práticas associativas) do mesmo. Assim, os autores corroborados foram, essencialmente, Azevedo (1921) e Mourão (2006), assim como, numa orientação mais lata, Liu, Huang e Chen (2005), que demonstraram a presença de outros objectivos (não lucrativos) nas funções-objectivo de agrupamentos associativistas.

4. Conclusão

Este trabalho procurou testar três hipóteses de localização das actuais confrarias, em reconhecida actividade, do Patriarcado de Lisboa. Esta investigação situa-se no campo da reflexão de fronteira entre a Economia Social, a Economia Regional e a Economia das Religiões, sendo, adicionalmente, um trabalho pioneiro, neste sentido, em Portugal.

As hipóteses de localização destes agrupamentos humanos, sugeridas pela revisão bibliográfica efectuada, apontam para a diversidade populacional, para a riqueza per capita e para a tradição associativista dos espaços como explicações da existência de confrarias activas em determinada unidade observável (no presente, paróquias).

Os resultados empíricos obtidos reforçam o papel explicativo das variáveis “Número médio de residentes por família”, associada à hipótese da diversidade populacional, e “número de alojamentos colectivos”, associada à hipótese da tradição associativista, recusando, com robustez, a variável da “densidade populacional”, *proxy* usada para interpretar a hipótese da riqueza per capita.

Estes resultados são relevantes em dois planos.

No primeiro plano, reforça-se que para estes agentes racionais (membros de confrarias e irmandades) a restrição de recursos não se esgota na restrição orçamental comum mas é expandida através da incorporação de outros recursos como a dimensão de activos simbólicos (preservação de traços culturais em ambientes de diversidade populacional) e do peso institucional envolvente (histórico de associativismo).

No segundo plano, é um contributo original de uma área específica da Economia, área recente, para uma melhor compreensão da distribuição geográfica de instituições com um elevado passado (no sentido lato, oriundas da Baixa Idade Média), em Portugal. Adicionalmente, recorre a unidades espaciais, focadas na máxima amplificação possível (paróquias do Patriarcado de Lisboa coincidentes com as freguesias administrativas da Grande Lisboa), o que é sempre importante para um maior detalhe das escolhas estudadas em Economia, em particular, e no universo das Ciências Sociais, em geral.

Referências

- Archambeault, D., DeZoort, F. (2001). “Auditor opinion shopping and the audit committee: na analysis of suspicious auditor switches”. *International Journal of Auditing* 5(1), 33-52.
- Azevedo, J. L. (1921). *História dos Cristãos-novos Portugueses*. Livraria Clássica Editora: Lisboa.
- Boschi, C. (1986). *Os leigos e o poder – irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. Ática: São Paulo.
- Braga, C. (2004). “Tenha uma Boa Morte”. *Cientefico* IV 2. Faculdade Ruy Barbosa.
- Costa, S. (2002) *A Festa da Irmandade da Boa Morte e o Ícone Ortodoxo da Dormição de Maria*. Universidade do Estado de Bahia: Bahia.
- Greene, W. (2002). *Econometric Analysis* (5a. ed.). Prentice Hall Pearson Education: New Jersey.
- Gujarati, D. (1995). *Econometria* (3a. ed.). McGraw-Hill: São Paulo.
- INE, Instituto Nacional de Estatística (2005). *Estudo sobre o poder de compra concelhio – Destaque*. Lisboa.
- INE, Instituto Nacional de Estatística (2006). *Retratos Territoriais – Retratos das Freguesias*. Disponível a partir de <http://www.ine.pt/prodserv/retrato/retrato.asp>.
- Lima Júnior, A. (1978). *A capitania de Minas Gerais*. Itatiaia: Minas Gerais.
- Liu, L., Huang, H., Chen, I. (2005). “Do for profit hospitals’ incentive structures induce greater managerial efficiency than those of nonprofit hospitals”. *Conference on Emerging Issues in Accounting, Business, and Technologies*. Niagara University.
- Mourão, P. (2005). “A importância do desenvolvimento regional na localização de equipas de futebol profissionais. O caso português 1970-1999”. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais* 8, 31-45.
- Mourão, P. (2006). “Comentarios a la ponencia de D^a Jazmin Tavera”. *Actas del II Encuentro Economía y Religión (2006)*. Universidad de Malaga.
- Pinharanda Gomes, J. (1999). *A Cidade Nova*. Guimarães editores: Lisboa.
- Reinikka, R., Svensson, J. (2005). Working for God? CEPR Discussion Paper 4214.
- Reis, J. (1997). “Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão”. *Tempo* III 2. Universidade Federal Fluminense.
- Slenes, R. (1992). “Malungo ngoma vem!: África encoberta e descoberta no Brasil”. *Revista USP* 12, 48-67.

Endereços electrónicos consultados

<http://www.agencia.ecclesia.pt/pub/19/noticia.asp?jornalid=19¬iciaid=30922>

<http://www.patriarcado-lisboa.pt/organizacao/index.htm#irmandades>

Anexo¹⁷**Irmandades**

Irmandades do Santíssimo Sacramento – Em quase todas as paróquias e igrejas mais antigas (endereço: o da respectiva paróquia ou igreja).

Além de muitas outras:

Irmandade das Escravas do SSmo. Sacramento do Mosteiro da Encarnação da Ordem Militar de Avis – Lg. do Convento da Encarnação, 1150-113 LISBOA.

Irmandade do Espírito Santo, N. Sra. dos Remédios, Pescadores e Navegantes – Capela dos Remédios, R. dos Remédios, 1100 LISBOA.

Irmandade de N. Sra. do Amparo de Benfica – Igreja de Benfica, 1500-541 LISBOA.

Irmandade de N. Sra. da Ajuda e Santos Fiéis de Deus – Travessa dos Fiéis de Deus, 111, 1200-188 LISBOA.

Irmandade de N. Sra. do Bom Despacho – R. Marquês de Ponte de Lima, 1149-077 LISBOA.

Irmandade de N. Sra. do Cabo Espichel – Centro Paroquial, 2795-127 LINDA-A-VELHA.

Irmandade de N. Sra. da Conceição da Rocha – Santuário de N. Sra. da Conceição da Rocha, 2795-768 QUEIJAS. Tel. 214172908/214181194.

Irmandade de N. Sra da Conceição da paróquia de Alcobaça

Irmandade de N. Sra. das Dores – Capela de N. Sra. das Dores, R. do Patrocínio, 8, 1350-230 LISBOA.

Irmandade de N. Sra. das Dores de Laveiras-Caxias – Igreja de N. Sra. das Dores, Av. Conselheiro Ferreira Lobo, 2780 PAÇO DE ARCOS.

Irmandade de N. Sra. da Glória ao Cardal da Graça – Capela de N. Sra da Glória, 1170-352 LISBOA. Tel. 218866337.

Irmandade de N. Sra. da Madre de Deus – Igreja da Madre de Deus, 1900-312 LISBOA.

Irmandade de N. Sra. de Monserrate – Igreja de Monserrate, Pç. das Amoreiras, 1250-020 LISBOA.

Irmandade de N. Sra. da Piedade da Serra

Irmandade de N. Sra. do Porto Salvo – R. Conde de Rio Maior, 2780 PORTO SALVO.

¹⁷Simplex cópia e colagem do endereço <http://www.patriarcado-lisboa.pt/organizacao/index.htm#irmandades>

Irmandade de N. Sra. do Rosário da Freguesia de S. Domingos de Benfica – Lg. de S. Domingos de Benfica, 1500-554 LISBOA.

Irmandade de N. Sra. do Resgate das Almas e do Senhor Jesus dos Perdidos – R. dos Anjos, 76, 1150-040 LISBOA.

Real Irmandade de N. Sra. da Saúde e de São Sebastião – Capela de N. Sra. da Saúde, Rua da Mouraria, 1, 1100-341 LISBOA. Tel/Fax 218862093. *Sede Administrativa*: Rua Sabino de Sousa, n.º 3, 1.º Dt., 1100 LISBOA. Tel. 218141981.

Irmandade de N. Sra. da Saúde da freguesia de Sacavém

Irmandade de Ofícios da Antiga Casa dos Vinte e Quatro (S. José dos Carpinteiros) – R. de São José, 1150-048 LISBOA.

Irmandade de N. Sra. da Oliveira – Igreja de N. Sra. da Oliveira, R. de São Julião, 140, r/c, 1100-527 LISBOA. Tel. 213423873.

Irmandade dos Passos do Mosteiro de Santos-o-Novo – Mosteiro de Santos-o-Novo, 1900 LISBOA.

Irmandade da Santa Cruz e Passos – Igreja da Graça, Praça 25 de Abril, 2560-286 TORRES VEDRAS, ou, Apartado 182, 2564-911 TORRES VEDRAS. Tel 261322386.

Irmandade da Santa Cruz e Passos do Desterro – R. Nova do Desterro, 1150 LISBOA.

Irmandade da Santa Cruz e Passos da Conceição Velha – R. da Alfândega, 1100-016 LISBOA.

Irmandade da Santa Cruz e Passos de Nosso Senhor Jesus Cristo de Alenquer – na Igreja de São Francisco da vila de Alenquer.

Irmandade da Santa Cruz e Passos de Nosso Senhor Jesus Cristo da Graça – Igreja da Graça, 1170-165 LISBOA.

Irmandade de São Miguel e Almas

Irmandade do Senhor Jesus dos Passos de Belém – Igreja dos Jerónimos, 1400-210 LISBOA.

Irmandade do Senhor Jesus dos Perdões, Sta. Catarina e N. Sra. de Belém – Igreja da Madalena, 1100-317 LISBOA. Tel. 218870987.

Irmandade do Senhor Jesus da Boa Sorte e Santa Via Sacra das Olarias – R. das Olarias, 1100 LISBOA.

Irmandade do Senhor Jesus dos Passos da Santa Casa da Misericórdia de Óbidos – Capela da Misericórdia, 2510 ÓBIDOS.

Irmandade do Senhor Jesus e São Pedro do Carvalhal – Igreja do Carvalhal, 2540 CARVALHAL BBR.

Confrarias

Além de muitas outras:

Arquiconfraria de N. Sra. da Conceição da Carreira – Capela da Carreira, R. Gomes Freire, 70, 1150-179 LISBOA.

Arquiconfraria do Santíssimo Sacramento das Freguesias de S. Julião e N. Sra. de Fátima – Av. Marquês de Tomar, 1150-154 LISBOA. Tel. 217928300.

Confraria de N. Sr. da Cruz e N. Sra. dos Prazeres da Aldeia Galega da Merceana

Confraria de N. Sra. do Carmo da freguesia da Penha de França

Confraria de N. Sra. do Carmo da freguesia de Santo António dos Cavaleiros

Confraria de N. Sra. da Nazaré – Sítio da Nazaré, 2450-065 NAZARÉ.

Confraria de N. Sra. da Piedade da Merceana – 2580 ALDEIA GALEGA DA MERCEANA.

Confraria de S. Vicente de Paulo – R. do Norte, a Carnide, 45, 1600-195 LISBOA. Tel. 217140433.

Confraria do Santíssimo Sacramento de Sacavém

Confraria do Senhor Jesus da Pedra (da Vila de Óbidos) – Santuário do Senhor da Pedra, Largo do Santuário, 2510-102 ÓBIDOS. Tel. 262959633.